

Aspectos da insegurança alimentar no Brasil de hoje: notas para discussão

Brazilian public higher education: access and permanence in the context of expansion

Newton Narciso GOMES JR.¹

Resumo: A pandemia do excesso de peso já é considerada um dos males do século XXI em razão dos impactos sobre a saúde das pessoas. Ademais, os gastos anuais com todas as doenças relacionadas com o sobrepeso e a obesidade chegam a níveis altíssimos. O cenário alimentar da sociedade brasileira, no qual metade da população convive com o sobrepeso e a obesidade, é o espaço de reflexão deste ensaio, que discute a insegurança alimentar e seus determinantes. O objetivo nesta reflexão é demonstrar que a transição alimentar em curso precisa ser revertida e que, para tanto, há que se resgatar para o imaginário social a tradição das refeições e das formas de acesso aos alimentos, o que implica a defesa de um conjunto de políticas públicas para a produção de alimentos, comercialização e educação alimentar.

Palavras-chave: Segurança Alimentar. Obesidade. Política Social. Alimentação e Nutrição. Políticas Públicas.

Abstract: This essay discusses food insecurity and its determinants. Brazil is the scenario of the reflection. Half of the population from the country is living with overweight and obesity. The overweight pandemic is considered one of the evils of the 21st century because of impacts on people's health. Annual spending with all diseases related to overweight and obesity reach very high levels. This situation must be reversed. It is necessary to rescue the tradition of meals. This is possible to do, but we need changes. A set of public policies for food production, marketing and nutrition education have to be developed.

Keywords: Food Security. Overweight and Obesity. Food and Nutrition. Public Policies.

Submetido em 25/08/2014. Revisado em 11/12/2014. Aprovador em 13/12/2014.

¹ Economista. Doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB, Brasil). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Política Social (SER/UnB, Brasil) e em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (FUP/UnB, Brasil). E-mail: <swnewtongomes@gmail.com>.

Introdução

Os dados mais recentes da *Pesquisa de Orçamentos Familiares: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil 2008/2009* (IBGE, 2010) confirmam que no país o avanço do sobrepeso e da obesidade atinge mais da metade da população com cinco anos de idade em diante, independentemente da classe social, reproduzindo aqui a epidemia do excesso de peso que se converteu em sério problema de saúde pública em todo o mundo, sendo considerada um dos males do século XXI em razão dos impactos negativos sobre a saúde das pessoas. Ademais, os gastos anuais com todas as doenças relacionadas com sobrepeso e a obesidade, segundo Bahia et al. (2012), chegam a US\$ 1,4 bilhão, distribuídos em hospitalizações (64,8%) e em procedimentos ambulatoriais (36,2%). Os autores destacam que 10% desses custos estão diretamente relacionados com a incidência de sobrepeso e obesidade.

As raízes dessa epidemia de gordura no país estão fincadas no processo tardio da urbanização brasileira, iniciada nos idos da década de 1960, nas transformações nos meios de produção, nas condições de trabalho e de moradia e nos problemas de mobilidade. Tudo isso e a mudança do sistema de abastecimento alimentar, determinada pelo advento do autosserviço como equipamento preferencial para a compra de alimentos, provocaram uma sensível alteração nas práticas e nos hábitos alimentares. Diante da vida urbana que se intensificava, o tempo se converteu em senhor absoluto do indivíduo, trans-

formando todas as coisas em rotinas sempre mediadas pela urgência. Os efeitos sobre a vida provocados por essa pressa permanente dispensam maiores explicações.

Desde então, a ideia de comer vem se alterando. Os domicílios perderam para as ruas o posto de principal local de refeição. A pressa retirou as cadeiras e as conversas, trocadas pelo comer em pé, pelo almoço solitário, pela refeição rápida. Aos poucos, essa celeridade invadiu a residência familiar. A jornada doméstica teve o tempo encurtado por uma nova rotina externa de trabalho. O ir e vir da casa para o trabalho, e vice-versa, passou a tomar horas intermináveis. O tempo exíguo vem levando as pessoas à exaustão e, em meio à correria, deslocou para a rua o dia a dia dos cidadãos, a vida privada antes restrita à calma existente entre quatro paredes. O jantar cedeu vez ao lanche e a popularização da televisão, a partir dos anos 1970, consolidou a solidão do comer sem pensar, hipnotizando os espectadores pelas imagens que vendem de tudo, principalmente um novo modo de vida repleto de necessidades impossíveis de serem satisfeitas, mesmo nos marcos do mercado, o mentor maior das mudanças.

Foram pelo menos 50 anos de mudanças até que desembocássemos na realidade atual, na qual comer perdeu completamente o sentido para além da ideia de ingerir alimentos que aplaquem a sensação de fome. Nesse período, o Brasil superou a desnutrição que condenava mais da metade da população e ingressou na outra ponta do mesmo cenário de Insegurança

Alimentar, no qual prevalecem o sobrepeso e a obesidade.

Ao longo desse período, as políticas públicas também foram se transformando quanto ao centro do problema alimentar brasileiro, superando a fase de encontrar alternativas para que todos comessem e ingressando no campo da preocupação e do cuidado com o que, como e quanto comer para obter uma vida saudável.

O cenário alimentar da sociedade brasileira, no qual metade da população convive com o sobrepeso e a obesidade, é o espaço de reflexão deste ensaio. Objetiva-se aqui demonstrar que a transição alimentar em curso precisa ser revertida e que, para tanto, é necessário resgatar para o imaginário social a tradição das refeições e das formas de acesso aos alimentos, o que implica a defesa de um conjunto de políticas públicas para a produção e a comercialização de alimentos e para a educação alimentar.

Alguns determinantes da insegurança alimentar na atualidade

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009 também gerou o suplemento *Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil*, o qual destaca que o consumo de frutas, legumes e verduras está bem aquém dos 400 gramas diários recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Enquanto isso, 61% da população apresentam consumo excessivo de açúcar; 82% consomem mais do que o limite máximo tolerado de gorduras saturadas, definido em 7%; 68% revelam consumo insuficiente de fibras; e mais de 70%

extrapolam o consumo máximo recomendado de sódio (IBGE, 2010).

Entre estudiosos e pesquisadores do tema alimentação e nutrição, há uma convergência quanto aos efeitos da elevação da renda sobre o padrão de consumo. As POFs 2002/2003 e 2008/2009, por meio do suplemento *Aquisição Alimentar Domiciliar Per Capita*, estimaram que as participações percentuais das despesas médias mensais familiares com alimentação experimentaram sensíveis evoluções. Enquanto na edição de 2002/2003 as despesas com aquisição de alimentos para consumo em domicílio e fora dele estavam distribuídas em 75,9% e 24,1%, respectivamente, em 2008/2009, esses percentuais foram divididos em 68,9% para aquisições para consumo em domicílio e em 31,1% para o consumo fora do domicílio, indicando que o consumo fora do lar avança em ritmo forte (IBGE, 2010).

Com o correr dos anos, novas formas de refeições passaram a ser ofertadas – da multiplicação das opções de comida de rua aos mais recentes restaurantes de comida vendida por peso –, impulsionadas pela manutenção da assimetria entre preços e salários, pelas restrições gerais de tempo para as refeições, encurtado em razão da necessidade de o indivíduo usar parte do horário do almoço para realizar outras atividades relacionadas com a rotina doméstica.² A essa realidade, juntou-se

² Tornou-se regra até os nossos dias, diante das restrições à mobilidade urbana e da extensão da jornada de trabalho, que dificultam que o trabalhador consiga se desincumbir de compras e pagamentos de contas após o expediente, aproveitar o horário do almoço para a execução dessas ativi-

uma forma de salário indireto, o vale-alimentação, ou seja, um pagamento em pecúnia ou em crédito para que o trabalhador possa se alimentar em estabelecimentos convencionais,³ dispensando os custos das empresas com instalações de restaurantes e refeitórios para os funcionários.

Se a alimentação fora do domicílio pode explicar a mudança do perfil dos hábitos alimentares atuais, convém assinalar que o consumo médio de energia nessa modalidade, segundo as POFs mais recentes, gira em torno de 16% da ingestão calórica total. E, recorde-se, nesse percentual está incluída pelo menos uma refeição principal: o almoço.

Assim, mesmo considerando a relevância do consumo da comida de rua,⁴ atribuir à

dades particulares. Para tanto, a refeição se converte no consumo de qualquer preparo que seja rápido de comprar e comer.

³ Não é demais destacar que o advento dos vales-refeições, diante da persistência da baixa remuneração do trabalho em muitas categorias, possibilitou a criação de um mercado paralelo em que o portador do vale o troca, mediante deságio, por pecúnia. E o vale, assim, é utilizado para outros fins. Com isso, o trabalhador tem dificuldades para conseguir se alimentar adequadamente.

⁴ Por comida de rua entenda-se aqui o consumo desde lanches e sanduíches tomados em equipamentos móveis ou em redes de *fast-food* até a aquisição de refeições mais elaboradas, servidas em embalagens descartáveis para serem consumidas em movimento, em praças e jardins e nos próprios locais de trabalho, algo que vem se firmando nas grandes cidades a partir dos anos 2010, repetindo um fenômeno mundial. Essas opções, via de regra mais elaboradas, passam longe da ideia de comida tradicional brasileira, abusando de frituras, molhos etc.

evolução da alimentação fora do domicílio um peso decisivo para explicar o sobrepeso e a obesidade atuais parece um tanto desproporcional. Há que se investigar também as influências exercidas sobre a noção de alimentação adequada pelo sistema de abastecimento alimentar, a relevância do uso de recursos sinestésicos para alterar o significado das coisas no imaginário social, o peso da jornada de trabalho e as restrições à mobilidade, que dilatam os tempos de deslocamentos, encurtando os períodos de lazer e de descanso.

Um elemento importante de análise: recentes investigações do Ministério da Saúde apontam que em 2009 o consumo energético diário médio total no Brasil saltou de 1.490 kcal, nos anos 1980, para 2.289 kcal em 2009. A Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad, 2010), por seu turno, destaca que, entre 1970 e 2008, o percentual de pessoas envolvidas com atividades agrícolas, nas quais o gasto energético é mais elevado, recuou de 44% para 17,4%, enquanto no setor de serviços o percentual de pessoas ali ocupadas saltou de 38% para 59,1% no mesmo período. Essa constatação é um dos indicativos de que a urbanização e as mudanças no perfil da ocupação têm forte relação com a tendência de ingestão energética, superando os gastos energéticos nas atividades laborais.

A POF 2008/2009 revela ainda que o total de gastos com alimentação fora do domicílio evoluiu de 24,1%, verificados na edição de 2002/2003, para 31,1%, observados na edição de 2008/2009. Não obstante essa substantiva elevação dos gastos fora do domicílio, a POF 2008/2009 estima que, em

média, 70% do total de calorias são consumidos no domicílio. E os gastos com alimentação nesse segmento ainda representam 68,9% dos gastos totais com alimentos.

Na Tabela 1 são apresentados dados sobre a variação da participação de alimentos

escolhidos no total de calorias disponíveis no domicílio. Os alimentos cujas participações relativas foram maiores que 5% em relação ao total de calorias consumidas foram identificados com sinal (+), enquanto aqueles cujo recuo na participação foi maior que 5% foram identificados com o sinal (-).

Tabela 1. Variação relativa maior e menor que 5% de alimentos no total de calorias disponíveis no domicílio 2008-2009

Alimentos Selecionados	Variação relativa em relação total Cal. +/-5% (%)
Pão	+13
Biscoitos	+10
Queijos	+16
Outros deriv. do leite	+39
Carne bovina	+15
Embutidos	+25
Frutas/sucos	+25
Refrigerantes	+16
Bebidas alcoólicas	+28
Refeições prontas/indust.	40
Arroz	- 6
Feijão	- 18
F. Trigo	-25
Mandioca	-19
Leite	-10
Açúcar	-8

Fonte: POF 2008/2009 (IBGE, 2010).

Essa sucinta amostra de tipos de alimentos e suas participações relativas no consumo total de calorias *per capita* no domicílio chama a atenção para a presença importante de itens industrialmente processados em regime de ascensão, enquanto itens tradicionais da alimentação brasileira se apresentam com um viés de baixa.

Para Schindwein e Kassouf (2007), as mudanças importantes na composição familiar, o aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho e os efeitos da urbanização influem no modo de vida

das pessoas. As autoras apontam também para uma evolução dos gastos com a aquisição de alimentos prontos, enquanto os alimentos tradicionais, cujo preparo envolve o uso dilatado de tempo, tendem a recuar quanto às suas presenças à mesa dos comensais.

Há outro aspecto associado à urbanização e às alterações no estilo de vida que tem papel importante. Trata-se do sedentarismo. Embora ainda persista a escassez de dados sobre o envolvimento da população com atividades físicas, a Pesquisa Nacio-

nal por Amostra Domiciliar (Pnad) gerou a publicação *Um panorama de saúde no Brasil. Acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde, 2008* (IBGE, 2010), segundo a qual apenas 10,2% da população com idade de 14 anos em diante atestou prática regular de atividades físicas.

O Censo Demográfico (IBGE, 2010) aponta que a população urbana representa 85% do total de residentes no país. Por seu turno, a publicação *Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil 2008/2009*, gerada pela POF (IBGE, 2010), revela parcelas da população masculina na faixa etária dos 20 anos ou mais, residente no espaço urbano, convivendo com sobrepeso (52,4%) e obesidade (13,2%). Para as mulheres da mesma faixa etária vivendo nas cidades, 48% são afetadas pelo sobrepeso e 17%, pela obesidade. A combinação de produtos alimentares ultraprocessados e a inatividade física representam, certamente, fatores importantes na piora da qualidade da segurança alimentar e nutricional. Ou seja, a combinação da ingestão exagerada de gorduras e de outros componentes danosos à saúde com a baixa atividade desemboca em um *superávit* desaconselhável de calorias não utilizadas.

A pesquisa do Instituto Data Popular, divulgada nas páginas do jornal *Folha de São Paulo* e no sítio eletrônico UOL em 26 de agosto de 2013, sob o título *Os brasileiros e as refeições*, revelou que 46,7% dos brasileiros consomem comida congelada regularmente. Desses, 52,2% pertencem à classe de renda/consumo C; 28,2% às classes D e E; e 19,6% às classes A e B. O consumo

de comida congelada é um dos exemplos mais emblemáticos da mudança no tempo disponível para o preparo e o consumo de alimentos no cotidiano.

A mobilidade urbana, tomada pelo seu significado mais imediato, remete aos deslocamentos realizados pelas pessoas por meio de veículo individual, transporte coletivo ou simplesmente a pé. Para Pires (2013), contudo, a mobilidade deve ser pensada a partir das pessoas. Sob esta perspectiva, as pessoas construirão a sua liberdade de ir e vir, de chegar aos seus destinos e, por conseguinte, de satisfazer as suas necessidades básicas.⁵ A pesquisadora ressalta, ainda, que a privação de mobilidade restringe seriamente as condições de acesso das pessoas a bens e serviços ofertados pela cidade, os quais, destaca ela, continuam centralizados, fazendo com que o acesso a hospitais, escolas e centros culturais dependa de e exija meios de transporte.

Em maio de 2011, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou, na série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro, o estudo *Infraestrutura social e urbana no Brasil, subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas: a mobilidade urbana no Brasil, 2011*. Na publicação, consta a evolução dos tempos médios de deslocamento entre a residência e o local de trabalho, que, em 1992, atingia 37,8 mi-

⁵ O significado de necessidades básicas empregado por Pires deriva da compreensão desenvolvida por Gough (2003) em *Basic Human Needs*, que, resumidamente, contempla a satisfação dos requerimentos essenciais para que qualquer pessoa possa desenvolver saúde plena, capacidade de agência e autonomia crítica.

nutos e que, em 2008, saltou para 40,1 minutos, o que equivale dizer que uma viagem completa, casa–trabalho–casa, consumia, na ocasião, mais de uma hora por dia. A mesma publicação revela que o percentual de pessoas residentes nas dez principais regiões metropolitanas brasileiras que despendiam mais de uma hora para chegar ao trabalho, ou pelo menos duas horas para ir trabalhar e voltar para casa, atingia 19% da população (IPEA, 2011).

Em mais de uma oportunidade, as redes abertas de televisão brasileiras realizaram reportagens sobre a situação dos transportes coletivos e sobre os deslocamentos cotidianos nas cidades do país. As imagens e os depoimentos de usuários de ônibus, metrô e trens, e daqueles que usam carros e motos particulares para se deslocarem, são dramáticos. A combinação de excesso de veículos nas vias com passagens do transporte coletivo caras, frota – ônibus, trens e metrô – insuficiente, mal-conservada e sucateada compõe um formidável desperdício de tempo e dinheiro a que estão sujeitos todos os que precisam trabalhar, e isso representa a maioria absoluta entre homens e mulheres adultos.

Os desperdícios de tempo de locomoção tornaram-se uma constante na vida urbana. Contudo, o tempo comprimido do deslocamento não impacta o tempo da jornada de trabalho, nem os seus rígidos horários de início. Assim, as pessoas, para irem ao trabalho ou à escola, por exemplo, devem incorporar em seu planejamento esses tempos, o que implica sempre sair muito cedo e voltar muito tarde para casa. Nessa rotina, todas as atividades relacio-

nadas com os aspectos privados da vida – pagamento de contas, abastecimento do domicílio, tarefas da casa, entre outras rotinas – ficam comprimidas entre o ir e o vir.

Para que a vida privada siga, o horário do almoço tende a ser convertido em tempo livre para as tarefas do cotidiano pessoal, o que significa converter a refeição em uma atividade premida pela pressa. Sob esse signo, a alimentação perde o seu significado, tendendo a se tornar uma rotina desatenta que incorpora rapidez, modismos e tudo o que possa propiciar a sensação de satisfação, de saciar a fome. Uma visão a respeito do horário do almoço em qualquer dos restaurantes que operam sob o regime de *self-service*, opção preferencial da maioria das pessoas que tomam refeições fora do domicílio, pode esclarecer muito sobre a perda do significado da comida. Nesses locais, o isolamento das pessoas se reafirma pelo constante consultar dos celulares e pela pressa na montagem dos pratos, que se convertem em cornucópias exóticas a albergarem combinações alimentares inusitadas. O rito do almoço é solitário, sisudo, rápido e quase sempre engordurado.

Contudo, os contornos do problema alimentar não se resumem no consumo fora do domicílio. Como vimos, os deslocamentos são longos e as tarefas privadas precisam caber no tempo livre entre o ir e o vir e a jornada de trabalho. O fim do dia no domicílio é também a culminância da exaustão. Para tantas tarefas, nenhum tempo. A comida deve ser rápida, prática. Os alimentos processados, as panificações, enfim, tudo o que demande o menor tem-

po possível para ser preparado, que possa ser levado ao novo aliado das casas, o microondas, entra em cena, substituindo a ideia de jantar. O mesmo isolamento do almoço se repete, agora em frente ao único meio de acesso ao que acontece no mundo das notícias, das novelas e dos programas policiais e religiosos: a televisão.

Por outro lado, a vida também deixou de se desenrolar na rua, na praça. Nada há que se fazer. Conforme Ferrara (1996), a globalização retirou da rua a participação popular, via histórica das reivindicações que animavam e davam perspectivas para projetos, desejos e sonhos. No pouco tempo que lhes resta, as pessoas estão confinadas em casa, entre quatro paredes: “A participação popular é substituída pela adesão subliminar, multissensorial e fabricada em massa: é prevista e planejada à distância, industrialmente, mas sua resposta é rápida, total e infalível” (FERRARA, 1996, p. 47).

A insegurança alimentar por inadequação da dieta, como vimos até aqui, está longe de ser uma expressão de desvios engendrados pelos indivíduos espontaneamente. As modificações nas formas de acesso aos alimentos, tanto em relação às refeições tomadas fora do domicílio, quanto em relação àquelas consumidas nos lares, obedecem a interesses que em nada, ou em quase nada, remetem à ideia de vida saudável, conceito que evoca a comida enquanto comida apenas.

Os avanços tecnológicos no ramo da indústria de alimentação, as possibilidades abertas a partir do controle de processos capazes de artificialmente produzir comi-

da que não é comida de fato (MONTANARI, 1998) geraram, segundo Pollan (2008), milhares de substâncias com aparência de comida ofertadas em supermercados. Na esteira desses novos superalimentos capazes de levar o consumidor a ter experiências gustativas que inibiriam o desejo pelas fantasiosas criações de chocolates e confeitos de sabores inusitados feitas pelo personagem Willy Wonka no filme *A Fantástica Fábrica de Chocolate*,⁶ a indústria da propaganda, associada às indústrias alimentícias e às redes de varejo, difunde um novo grupo de alimentos cujo apelo principal é trazer benefícios à saúde. Quem de fato se preocupa com a saúde, sugere Pollan (2008), deve evitar esse tipo de comida, uma vez que associar propriedades dessa natureza a um produto alimentício é indício de que se trata de outra coisa que não comida de fato.

Assim, impelidos por uma máquina de propaganda que investe bilhões de reais para vender modismos alimentares, comida barata e desprovida de requisitos mínimos que as aproximem da ideia de comida de verdade, todos estão trocando a mesa de refeições pelo consumo dessas coisas em frente à televisão, na mesa do escritório, envolvidos com o computador, com o celular, ou simplesmente rendidos por uma exaustão profunda, em silêncio solitário ou mesmo acompanhado, dentro das próprias casas. A insegurança alimentar no extremo oposto da desnutrição é construída pela liquidação da ideia do que representa de fato o simples ato de comer.

⁶ Filme musical infantil lançado em 1971 sob a direção de Mel Stuart, baseado em livro homônimo de autoria de Roald Dahl, de 1964.

Há o que ser feito

Câmara Cascudo (2004, p. 14), no prefácio do clássico *História da alimentação no Brasil*, anuncia que a história, referindo-se à sua própria obra, “[...] irá agir sobre um agente milenar, condicionador, poderoso em sua ‘suficiência’: o paladar”. E nos parágrafos finais conclui de modo primoroso a sua percepção sobre o povo:

O *psicodietista* sabe que o povo guarda sua alimentação tradicional porque está habituado; porque aprecia o sabor; porque é mais barata e acessível. Pode não nutrir, mas enche o estômago. E há gerações e gerações fiéis a esse ritmo. É indispensável ter em conta o fator supremo e decisivo do *paladar*. Para o povo não há argumento probante, técnico, convincente, contra o paladar [...] (CÂMARA CASCUDO, 2004, p. 1).

Essas considerações de Cascudo foram feitas em 1963⁷ e remetem a uma pesquisa de duas décadas, portanto, referem-se a um tempo em que o problema alimentar brasileiro era definido muito mais pelas restrições de acesso da população aos alimentos por falta de dinheiro do que pelo consumo excessivo dos nossos dias.

Há nessas passagens um importante lembrete: “O povo guarda sua alimentação tradicional porque aprecia o sabor” (CASCUDO, 2004, p. 15). A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan) de 2012 afirma em seus princípios que a polí-

tica deve se voltar para a valorização da alimentação para além das condições biológicas e respeitar a diversidade da nossa cultura alimentar por intermédio de práticas que reconheçam e respeitem o papel da tradição e dos hábitos, voltando-se para o resgate dessas práticas adormecidas e empenhando-se em difundir essa ideia de comida e de comer (BRASIL, 2012).

Tomados por essa perspectiva do resgate da comida de verdade e de tudo o que a ela se junta – compartilhamentos, memórias familiares, comemorações e tradições culturais –, os princípios defendidos na Pnan apontam para a alimentação como integrante importante do conjunto de requerimentos para que cada indivíduo construa a sua autonomia crítica e daí oriente a sua ação no propósito de aproximar a vida real de seus sonhos.

Fernández-Armesto (2004) observa que nenhum povo, ainda que faminto e miserável, come ou pensa em comer apenas para se manter vivo:

O ato de comer possui sua própria alquimia; ele transforma indivíduos em sociedade e doença em saúde; muda personalidades; pode sacralizar atos aparentemente seculares; funciona como ritual; transforma-se em ritual; pode fazer com que a comida seja divina ou diabólica; pode liberar energia; pode criar laços; pode significar vinganças ou amor e pode proclamar identidades (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2004, p. 59).

Com ironia, Pollan (2008) observa que, para o mercado e seus interesses, não importa os humanos decidindo o que comer a partir de suas próprias interpretações da

⁷ CASCUDO, C. Prefácio. **História da alimentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Global, 2004. [Prefácio escrito na cidade de Natal (RN), em setembro de 1962 e fevereiro 1963].

realidade, com base no conhecimento de suas histórias, costumes, práticas e cultura. Em tal caso, deixaria de ser lucrativa a produção e a venda de substâncias que se parecem com comida, estiolando a ideologia do nutricionismo.⁸

Se, por um lado, Fernández-Armesto destaca o peso e a relevância da comida e do ato de comer sobre o imaginário social, por outro, Pollan chama a atenção para o desconforto do mercado diante dessa autonomia por parte das pessoas quanto à escolha e à crítica do que comer. Daí o porquê de a manipulação do imaginário social impor-se como estratégia decisiva para trocar identidades por uma igualdade da vida cotidiana, na qual um mesmo modo de viver, morar, vestir-se, comer ou locomover-se se estabelece como norma, sem que ninguém saiba contar como se constituiu (FERRARA, 1996).

A partir da segunda metade dos anos 1980, na esteira de publicações mundiais sobre dieta e doenças, foi inaugurado um novo tempo da ciência dos alimentos, que empreendeu modificações importantes na composição de alimentos populares sob o pretexto de torná-los mais nutritivos pela adição artificial de nutrientes, quase sempre aqueles mesmos que foram perdidos na linha industrial de processamento de alimentos *in natura*. Por ocioso que seja lembrar, a propaganda alimentar na mídia se encarrega todos os dias de promover novos preparos, condenar hábitos tradi-

cionais e acrescentar novos e incompreensíveis ingredientes nas fórmulas dos alimentos processados, vendendo-os como melhores e mais saudáveis.

Contudo, como destacado por Câmara Cascudo (2004), Fernández-Armesto (2004) e Pollan (2008), a memória do paladar e suas associações com a vida das pessoas é uma marca perene. Nisso reside a oportunidade de superar a insegurança alimentar em todos os seus aspectos, seja pela inadequação do consumo, seja pelo consumo excessivo de alimentos inadequados, ou, por fim, pelas restrições de acesso aos alimentos em decorrência de assimetrias entre renda e preços.

Sob esse ponto de vista, o entendimento aqui é o de que se empreendam na sociedade, por intermédio de políticas de comunicação e da educação alimentar e para o consumo, iniciativas voltadas ao resgate do sentido original das palavras, pelo menos no que diz respeito aos nomes e aos significados dos alimentos. Essa depuração dos significados criaria as condições para que voltássemos a confiar nos nossos sentidos, enganados há tempos por adoçantes, aromas, texturas e cores, tudo tão artificial que olfato e paladar nada mais significam quando as sensações são confrontadas com os tijolos de cheiros e gostos armazenados na memória (SUSKIND, 1985; POLLAN, 2008).

A jornada contra a insegurança alimentar deverá enfrentar desde as questões relacionadas à concentração da propriedade da terra e aos negócios assentados na monocultura até o usuário contumaz de práticas e manejos agressivos ao meio ambiente e

⁸ Para Pollan (2008, p. 36), nutricionismo “[...] não é sinônimo de nutrição e sim uma ideologia. A chave para compreender o alimento é o nutriente. Em outros termos: os alimentos são, em essência, a soma de seus nutrientes”.

às pessoas, com o uso indiscriminado de venenos, aditivos químicos e sementes geneticamente modificadas, por exemplo, passando pelo controle do processamento e da transformação, dominado por dez gigantes industriais responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos industrializados que consumimos, terminando no controle sobre o varejo, em que grandes redes de supermercado praticamente dominam a comercialização de alimentos.

As dimensões políticas e econômicas do problema da insegurança alimentar são provocadas, como vimos, especialmente pela difusão e pelo estímulo para a adoção de um padrão alimentar assentado no trinômio: predominância, na oferta e na dieta, de alimentos processados, industrializados, congelados e prontos para o consumo em detrimento de produtos tradicionais *in natura*; preços convenientemente acessíveis a todas as faixas de renda contra a prática de preços assimétricos à renda para produtos frescos, naturais e orgânicos; e drástica redução do tempo livre para as tarefas do cotidiano familiar, determinada pelos gargalos de mobilidade urbana e pelas longas jornadas de trabalho que impõem a alimentação rápida como a única possibilidade para as famílias.

Contudo, esse cenário não é imutável. Sua transformação radical se impõe como dever do Estado na medida em que a continuidade dos determinantes atuais da questão alimentar compromete severamente a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e, por conseguinte, a cidadania. Desse modo, é imperioso que a questão alimentar brasi-

leira, caracterizada pela insegurança alimentar, seja assumida como uma prioridade política de governo, tanto na esfera central quanto nas dimensões subnacionais do aparelho de Estado, expandindo o seu significado para além das atribuições e responsabilidades da saúde pública.

Assim entendido, apresenta-se como dever do Estado, em todas as esferas de decisão, o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas que: a) sustente a soberania alimentar a partir do estímulo e do apoio à produção diversificada e segura dos alimentos; b) realize uma reforma agrária de fato como forma de desconcentrar a propriedade da terra e os poderes político e econômico representados na agricultura de exportação; c) reorganize o sistema nacional de abastecimento alimentar, criando novas oportunidades para pequenos e médios comerciantes de alimentos e regulando a ação das grandes cadeias de supermercados; d) garanta a todos os brasileiros condições plenas de mobilidade, seja para o próprio transporte, seja para acessar serviços públicos oferecidos pelas cidades; e) fomente ações e programas de educação alimentar e para o consumo, de sorte a resgatar o real significado do que é comida e comer.

Referências

BAHIA, L. et al. The cost of overweight and obesity related diseases in Brazilian Public Health System-cross sectional study. **BMC Public Health**, v. 12, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**,

2012 (Pnan). Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Global, 2004.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. **Comida: uma história**. São Paulo: Record, 2004.

FERRARA, L. D. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FLANDRIN J. L.; MONTANARI, M. (Org.). **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **2004/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: um panorama de saúde no Brasil: acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde**, 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil 2008/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA. **Infraestrutura social e urbana no Brasil, subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas: a mobilidade urbana no Brasil**, 2011. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. (Série

eixos do desenvolvimento brasileiro, n. 94).

PIRES, F. **Mobilidade e direitos sociais: uma questão de justiça na cidade**. 2013. 148 p. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

POLLAN, M. **Em defesa da comida**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

SCHLINDWEIN, M. M.; KASSOUF, A. L. Mudanças no padrão de consumo de alimentos tempo-intensivos e de alimentos poupadores de tempo, por regiões do Brasil. In: SILVEIRA F. G. et al. (Org.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea, 2007. v. 2.

SUSKIND, Patrick. **O Perfume**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1985. (Coleção Biblioteca Moderna).

SUSKIND, Patrick. Os brasileiros e as refeições. **Folha de São Paulo**, 26 ago. 2013. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>.